



EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE
Avenida Ernesto Neugebauer, 1985 - Bairro Humaitá - CEP 90250-140 - Porto Alegre - RS - www.trensurb.gov.br

CONTRATO

CONTRATO Nº 120.06/17

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE
AGENCIAMENTO DE VIAGENS, QUE ENTRE SI
FAZEM A EMPRESA DE TRENS URBANOS DE
PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB E FACTO
TURISMO EIRELI - ME.

Processo Administrativo n.º 001680/2016

Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 009/2017

Celebram o presente Contrato a **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB**, sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério das Cidades, com sede na Av. Ernesto Neugebauer, 1985, nesta capital, inscrita no CGC/MF, sob n.º 90.976.853/0001-56, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. David Borille e por sua Diretora de Administração e Finanças, Sra. Maria Cecília da Silva Brum e **FACTO TURISMO EIRELI - ME**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na Av. Pedro Lessa, nº 1064 – conj. 32, Ponta da Praia, Santos/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 14.807.420/0001-99, aqui representada por seu sócio proprietário Primaques Martins Junior, o qual se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato a prestação, pela **CONTRATADA**, de serviços de agenciamento de viagens para atender, sob demanda, o fornecimento de passagens aéreas, rodoviárias e hospedagem, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas e rodoviárias, nacionais e internacionais, bem como a hospedagem em hotéis, nacionais e internacionais, com disponibilização do sistema de gestão online integrado às companhias aéreas e rede hoteleira, conforme especificações constantes no Edital de Licitação e seus Anexos, de modo a atender às necessidades da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Início de Serviço (OIS), podendo ser renovado por igual ou menor prazo, em sucessivos períodos, mediante a celebração de termos aditivos, se houver interesse por parte da **CONTRANTE**, até o limite legal.

Parágrafo Único: A OIS será emitida de acordo com a disponibilidade orçamentária da **CONTRATANTE**, mediante “Nota de Empenho”.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução do objeto contratual, o valor total estimado de R\$ 487.923,60 (quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta centavos), a uma Taxa de – R\$ 10,00 (dez reais negativos), por transação, ou seja, por cada bilhete emitido ou hospedagem realizada.

Parágrafo Primeiro: O valor a ser pago pela **CONTRATANTE** por cada autorização, bilhete emitido, será o valor do serviço adquirido, líquido de comissão pagas por companhias aéreas, acrescido da Taxa de Agenciamento, conforme a formula a seguir:

$VF = TE + TA + (VP - DU)$, onde:

VF = Valor da Fatura (valor a ser pago);

TE = Valor da Taxa de Embarque (para passagens);

TA = Taxa de Agenciamento (valor fixo);

VP = Valor da passagem aérea;

DU = valor da taxa D.U., que é a comissão paga pela companhia aérea à agência contratada.

Parágrafo Segundo: Na Taxa estão inclusas todas e quaisquer despesas necessárias à perfeita execução do objeto, tais como: administração central e local, impostos, taxas e contribuições, despesas de transporte, mão-de-obra com todos os encargos sociais exigidos por lei, e qualquer outra despesa relacionada com seu pessoal, custos financeiros, materiais, confecções de cartões e embalagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão creditados em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste edital, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento, ou da Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo Digital, ou da Nota Fiscal de Serviço de acordo com a legislação vigente no município da empresa prestadora de serviço, no seu Protocolo ou SEMAT (Setor de Materiais da TRENSURB), o que estará adstrito ao Atestado de Recebimento e/ou Inspeção do Material emitido pela área requisitante ou Gestor do Contratante.

Parágrafo Primeiro – Estando a documentação completa para encaminhamento, a **CONTRATADA** apresentará a fatura no Protocolo da **CONTRATANTE**, que a encaminhará ao Setor de Pagamentos e Recebimentos - SEPAR, para as providências cabíveis.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATANTE** só efetuará o pagamento após a efetiva comprovação da quitação das obrigações trabalhistas, encargos sociais e fiscais relativos ao mês anterior ao da respectiva fatura.

Parágrafo Terceiro – A **CONTRATADA** deverá encaminhar, juntamente com a fatura, Certidão Negativa de Débito – CND e Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS atualizadas, bem como Certidões Negativas de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Estaduais e Municipais.

Parágrafo Quarto – A Nota Fiscal deverá conter o mesmo nº do CNPJ do Contrato, sob pena de o pagamento não ser efetivado até que a situação se regularize.

Parágrafo Quinto - A Nota Fiscal/Fatura correspondente somente será liberada para pagamento após o Gestor designado pela **CONTRATANTE**, atestar o fornecimento do material/execução do serviço.

Parágrafo Sexto - Havendo incorreções nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, serão estes restituídos pelo Fiscal/Gestor ou Setor de Pagamentos e Recebimentos - SEPAR à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos a serem efetuados à **CONTRATADA** estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a **CONTRATADA** incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

Parágrafo Oitavo - A efetivação do pagamento ficará condicionada à comprovação, por parte da **CONTRATADA**, da manutenção de todas as condições habilitatórias exigidas no Edital que deu origem a presente contratação.

Parágrafo Nono – O pagamento ficará condicionado à disponibilidade financeira, consoante dotação orçamentária.

Parágrafo Décimo – O Gestor do Contrato reserva-se no direito de suspender o pagamento se o objeto do presente **CONTRATO** for entregue/executado em desacordo com as especificações constantes no Edital que rege esta contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação serão programadas em dotação orçamentária União/TRENSURB S/A, sob a seguinte classificação:

Programa de trabalho: 15.122.2116.2000.0043.

Denominação: Administração da Unidade.

Fonte de Recursos: 250 – Recursos Próprios.

Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (**Hospedagem**) e 339033 – **Passagens** e despesas com locomoção.

Nota de Empenho: **2017NE001171 e 2017NE001172**

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá à **CONTRATADA**, além das obrigações previstas no Edital, enquanto vigorar este Contrato:

a) Prestar o serviço na forma postulada, a partir da assinatura contratual e emissão da ordem de serviço inicial;

- b) Atender plenamente a descrição do objeto, bem como as disposições postuladas na legislação em vigor, como também no presente certame;
- c) Manter, durante a execução do Contrato, plenas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, cujas reclamações e recomendações se obrigam ao pronto atendimento;
- e) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência da Trensurb;
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados à Trensurb, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados;
- g) Arcar com eventuais prejuízos causados à Trensurb e/ou a terceiros provocados por erros cometidos por seus funcionários na execução dos serviços prestados;
- h) Verificado erro na emissão do bilhete, a contratada deverá proceder à sua pronta substituição de modo a não inviabilizar a viagem, arcando com as despesas que o erro causar, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- i) Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto do contrato;
- j) Solucionar qualquer tipo de problema relacionado aos serviços constantes nesse edital;
- k) Garantir que todas as despesas inerentes à realização dos serviços sejam inteiramente de sua responsabilidade, tais como: seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, sociais e outros;
- l) Emitir seguro de viagem para cobertura de viagens ao exterior;
- m) Informar o nome dos funcionários responsáveis (da área operacional e financeira) pelo atendimento à Trensurb durante o horário comercial, telefone fixo e móvel para contato imediato em horário comercial, bem como fora do horário comercial;
- n) Em casos de necessidade de atendimento fora do horário comercial, a contratada deverá disponibilizar um funcionário responsável e seus respectivos contatos;
- o) Informar e repassar integralmente à Trensurb tarifas promocionais disponíveis ou outra opção melhor de custo/benefício no momento da solicitação dos serviços;
- p) Garantir o comportamento moral e profissional de seus empregados, respondendo integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante;
- q) Adotar para todos os serviços prestados a economicidade e a qualidade, de acordo com os critérios estipulados no edital de licitação;
- r) Emitir relatórios toda vez em que a TRENSURB solicita, conforme previsto no item 5.6 e subitens.
- s) Arcar com os custos de deslocamento (passagem e hospedagem) para visita do gestor e da chefia da área responsável pela gestão das viagens da Trensurb, se geograficamente necessário, no início da execução do contrato, a fim de conhecer as dependências da contratada, bem como o pessoal que irá atender as demandas da Trensurb e ajustar detalhes da operacionalização dos serviços prestados.
- t) Arcar com os custos de deslocamento para eventuais diligências que possam surgir no decorrer da execução contratual para questões de ajustes operacionais, se geograficamente necessário;
- u) Ter sistema próprio, via web, de reserva e emissão de passagens aéreas;

- v) Providenciar o embarque do passageiro nos voos, caso haja algum problema com o bilhete fornecido pela agência contratada;
- w) Garantir a boa qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Durante a vigência deste Contrato, a **CONTRATANTE** deverá:

- a) Efetuar o pagamento ajustado, nos termos desse Contrato;
- b) Fiscalizar a execução do contrato nos termos do art. 67, lei 8.666/93;
- c) Designar gestor para fiscalização dos serviços contratados;
- d) Disponibilizar todas as informações e os meios necessários solicitados pela contratada para que ocorra o fiel cumprimento das disposições existentes;
- e) Autorizar os serviços e emitir os documentos específicos para tal;
- f) Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato;
- g) Rejeitar no todo ou em parte os serviços executados em desacordo com as exigências do contrato;
- h) Fiscalizar os serviços prestados podendo recusar, sustar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço objeto do contrato, bem como fazer cumprir o anexo I deste Termo de Referência;
- i) Acompanhar a execução do contrato;
- j) Receber e atestar as faturas correspondentes, por intermédio do gestor do contrato;
- k) Informar a relação de empregados autorizados que manterão contato com a empresa vencedora;
- l) A TRENSURB poderá solicitar alterações na forma de apresentação dos relatórios, conforme necessidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A ação ou omissão de fiscalização da TRENSURB não restringe e nem exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pelos encargos e serviços de sua atribuição objeto desse contrato.

Parágrafo Primeiro - No exercício da Fiscalização, o gestor designado pela **CONTRATANTE** poderá rejeitar serviços que não satisfaçam o objeto contratado, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer os serviços, sem ônus para a **CONTRATANTE**;

Parágrafo Segundo – A partes se obrigam a atender o disposto no item 10.4, do Anexo 01, que, assim como todo o Edital, é parte integrante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações técnicas e características do serviço a ser executado estão relacionadas nos planos de trabalho, cronograma que assegure o progresso satisfatório dos serviços, conforme preços, anexo ao Edital de licitação que precedeu o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA NOTA FISCAL E INSPEÇÃO

Todas as Notas Fiscais deverão ser emitidas com o mesmo CNPJ do Pedido de Compra ou Contrato, uma vez que a Nota de Empenho da despesa foi expedida com base no mesmo. Ressalva-se à **CONTRATANTE** o direito de devolução da Nota Fiscal quando o CNPJ divergir do contrato, e efetivar o respectivo pagamento quando da substituição da mesma.

Parágrafo Primeiro: O fornecedor deverá registrar nas notas fiscais, o número do Pedido de Compras ou do Contrato a que estiver associado, para que não ocorra atraso no pagamento. A ausência desse dado poderá atrasar o reconhecimento do vínculo de débito e consequentemente retardar o depósito em conta bancária.

Parágrafo Segundo: As notas fiscais deverão ser emitidas observando a retenção de:

1. Tributos Federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS);
2. Contribuições previdenciárias;
3. Tributos Municipais (ISSQN), na forma da legislação dos Municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, conforme o caso;
4. No caso de empresas isentas ou dispensadas de retenção e as optantes pelo Simples Nacional deverá ser observada a legislação específica.

Parágrafo Terceiro: No caso de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), na forma da legislação tributária pertinente, a mesma deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico nf-e.materiais@trensurb.gov.br, quando se referir a operações sujeitas ao ICMS; e ao endereço eletrônico nf-e.servicos@trensurb.gov.br quando se referir a operações sujeitas ao ISSQN.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela TRENSURB, por razões administrativas ou atendendo ao interesse público, bem como, de pleno direito, na hipótese de inadimplemento de qualquer das cláusulas contratuais, e em especial nos termos do Art. 77 e seguintes, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 do mesmo diploma legal.

Parágrafo Primeiro - Poderá ainda ser rescindido o contrato pelos seguintes motivos:

- a) Se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, tiver título protestado ou entrar em processo de extinção por qualquer forma;
- b) Se a CONTRATADA transferir o Contrato, no todo ou em parte, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Poderão ainda as partes, rescindir este contrato, a qualquer tempo, de comum acordo, mediante comunicação expressa com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Constitui infração administrativa a inexecução total ou parcial do objeto ou de qualquer das obrigações previstas no edital ou contrato, bem como atrasar a prestação da garantia contratual principal, de reforço ou em face de prorrogação contratual, ensejar o retardamento da prestação ou fornecimento; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não manter todas as condições da proposta.

Parágrafo Primeiro - A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) multa moratória no percentual correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), calculada sobre valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver a rescisão do contrato;

b.1) em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

b.2) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, não obstante o dever de indenizar prejuízos decorrentes;

c.1) em caso de inexecução parcial, a multa, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

d) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que houver ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

Parágrafo Segundo - A aplicação de multa por inadimplemento total ou parcial não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

Parágrafo Terceiro - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

Parágrafo Quarto - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multas, as quais podem ser cumulativas.

Parágrafo Quinto - Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Sexto - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo Sétimo - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Oitavo - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante poderão ser deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos por GRU no prazo de 15 dias, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, conforme a conveniência da Administração.

Parágrafo Nono - As penalidades serão registradas em banco de dados pertinentes, quando couber.

Parágrafo Décimo - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A contratada prestará a garantia contratual de 5% (por cento) do valor do contrato nos termos do artigo 56 da Lei 8.666/93, consolidada.

Parágrafo Primeiro - A garantia contratual será apresentada ao Setor de Administração de Contratos - SEACO da TRENSURB, de acordo com as modalidades previstas na disposição legal acima referenciada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do instrumento contratual sob pena da perda do direito de contratar independente da aplicação das demais cominações cabíveis.

Parágrafo Segundo - Terá validade durante toda a execução contratual, mais 03 (três) meses após a vigência do contrato.

Parágrafo Terceiro - Garantirá as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - Deverá ser apresentada no prazo estipulado, sob pena de aplicação de penalidades de acordo com as alíneas "e" e "f", do inciso XIX, do artigo 19, da Instrução Normativa nº 0208, SLTI/MPOG, atualizada, nos seguintes termos:

- a) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento); e
- b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A lavratura do presente contrato decorre de pregão eletrônico, realizada com fundamento no caput do artigo 2º do Decreto 5.450/05, na Lei nº 10520/2002 e na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

Este contrato guarda consonância com as normas contidas nas leis 8666/93 e 10520/2002, bem como no Decreto 5450/05, vinculando-se ainda ao Edital de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2017 e seus anexos, à proposta da **CONTRATADA** e demais documentos que compõem o Processo Administrativo nº 001680/2016, que independentemente de transcrição fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

Parágrafo Único: A prevalência jurídica dos documentos é a seguinte:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2017 e seus Anexos;
- b) Contrato;
- c) Proposta da **CONTRATADA**;

d) Demais documentos relativos ao objeto contratual constantes do Processo Administrativo nº 001680/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação do presente **CONTRATO**, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias a partir da sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência, conforme art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre/RS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente contratação.

E, por estarem de acordo, firmam este contrato, eletronicamente, na forma das normas internas e legais.



Documento assinado eletronicamente por **PRIMAQUES MARTINS JUNIOR, Usuário Externo** em 23/03/2017, às 11:35, conforme Normas de Procedimentos Gerais TRENSURB - NPG-ORG-104, NPG-TDI-201 e NPG-PES-701.



Documento assinado eletronicamente por **Jussandra Rigo, Gerente** em 23/03/2017, às 12:53, conforme Normas de Procedimentos Gerais TRENSURB - NPG-ORG-104, NPG-TDI-201 e NPG-PES-701.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecilia da Silva Brum, Diretor de Administração e Finanças** em 23/03/2017, às 13:17, conforme Normas de Procedimentos Gerais TRENSURB - NPG-ORG-104, NPG-TDI-201 e NPG-PES-701.



Documento assinado eletronicamente por **David Borille, Diretor Presidente** em 23/03/2017, às 16:04, conforme Normas de Procedimentos Gerais TRENSURB - NPG-ORG-104, NPG-TDI-201 e NPG-PES-701.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trensurb.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0060108** e o código CRC **3B79259C**.